



## EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense  
20 a 24 de Outubro de 2019  
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5592 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT09 - Trabalho e Educação

?Novo Ensino Médio? quem conhece, NÃO aprova!!

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE

“Novo Ensino Médio” quem conhece, NÃO aprova!!

**Resumo:** Neste trabalho discutimos a proposta do “Novo Ensino Médio”, analisando as percepções de estudantes secundaristas de duas escolas públicas estaduais no RS. Motivados pela propaganda do governo federal que afirma que quem conhece, aprova a Reforma do Ensino Médio, realizamos uma pesquisa com estudantes matriculados nesta etapa da Educação Básica com a intenção de verificar se eles conheciam a proposta do “Novo Ensino Médio” e se eles aprovavam a mesma. Para tanto, aplicamos questionários com 143 estudantes, matriculados nos três anos do EM. A análise dos dados nos permite inferir que a maioria dos jovens não aprova o “Novo Ensino Médio”, mesmo possuindo pouco conhecimento sobre as mudanças previstas com a implementação da reforma. A participação na pesquisa deu acesso aos estudantes a muitas informações sobre a reforma. Ao tomarem conhecimento da proposta de implementação dos itinerários e da mudança na oferta das disciplinas os estudantes manifestaram preocupação com o futuro dos estudantes que frequentarem a nova organização curricular, uma vez que percebem o foco em conteúdos de Português e Matemática e o esvaziamento das demais áreas do conhecimento.

**Palavras-chave:** Ensino Médio, Políticas Educacionais, Reforma do Ensino Médio.

### Introdução

Na história da Educação brasileira, o Ensino Médio é uma das etapas educacionais mais complexas, devido à multiplicidade de variáveis que envolve, em termos de acesso, universalização e organização curricular. O papel educacional e formativo do Ensino Médio é disputado historicamente por diferentes grupos, que defendem ora uma formação propedêutica voltada ao acesso ao ensino superior, ora para a formação profissional. Neste processo, esta etapa educativa acaba não constituindo uma identidade clara e sendo foco de diversas reformas ao longo do tempo.

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, o Ensino Médio foi definido como a última etapa da Educação Básica, porém sua obrigatoriedade não foi garantida inicialmente. Apenas com a Emenda Constitucional 59/2009 que foi estabelecida a obrigatoriedade da oferta e da matrícula de 4 aos 17 anos, idade que abrange o Ensino Médio. Quando estávamos enfrentando o desafio da implementando da PEC 59, que demandaria o aumento de vagas para o Ensino Médio, o governo federal dá início à Reforma do Ensino Médio, por meio da Medida Provisória nº 746/2016.

A Medida Provisória foi aprovada e convertida na Lei nº 13.415, em 16 fevereiro de 2017, e o seu texto propõe a alteração da Lei nº 9.394/1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB, além de modificar a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, o Decreto-Lei nº 236/1967 e instituir a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. As propostas contidas na lei apresentam poucas alterações com relação ao inicialmente proposto pela Medida Provisória, e seu conteúdo traz mudanças significativas para a forma de oferta e organização do Ensino Médio. Tais alterações representam um retrocesso ao campo educacional e implicam novas demandas à educação escolar, conforme será explicado em mais detalhes na próxima seção deste artigo.

A proposta de Reforma do Ensino Médio gerou uma série de manifestações contrárias de universidades, entidades ligadas ao campo educacional, sindicatos, professores e estudantes secundaristas. Buscando o apoio da sociedade à reforma, o governo federal recorreu à mídia, veiculando diversas propagandas defendendo a reforma. O Ministério da Educação pagou para famosos jovens youtubers brasileiros como Lukas Marques e Daniel Molo gravarem vídeos defendendo a proposta do “Novo” Ensino Médio. Portinari e Saldanha afirmaram na Folha de São Paulo “o governo Michel Temer pagou R\$ 65 mil para o canal *Você Sabia* falar bem da reforma. Comandado por os dois jovens, o canal no YouTube conta com 7,1 milhões de assinantes” (2017, S/D). A estratégia do governo foi usar “influencers” das redes sociais que se pronunciaram em favor da reforma, além destes dois, outros quatro canais do YouTube foram contratados pelo governo ao custo total de R\$ 295 mil. Os youtubers tinham o papel de explicar à população quais seriam as mudanças e como estas favoreceriam à educação brasileira usando frases como “Se eu tivesse que fazer o Ensino Médio e soubesse dessa mudança eu ficaria muito feliz” ou “Você aí que quer trabalhar com história, não vai ficar perdendo tempo com célula”.

Boa parte desses vídeos apontam problemáticas vivenciadas no contexto educativo, principalmente com relação ao Ensino Médio, como os baixos resultados nas avaliações externas, o desinteresse dos jovens pela escola, e como contraponto a estas questões afirmam que a reforma melhoraria o acesso, a qualidade e universalização do EM.

Além do uso de youtubers, o Ministério da Educação também lançou mão de outra estratégia publicitária, que foi o uso de propagandas em canais de televisão. Estas propagandas foram veiculadas entre novembro e dezembro de 2016, quando a Medida Provisória estava em discussão no Senado e na Câmara de Deputados. Em seu conteúdo, tais propagandas defendiam a reforma em curso e como estratégia para validar as mudanças, eram apresentados resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em novembro de 2016, onde afirmam que o 72% da população brasileira aprova a dita reforma, ao tempo que expõem como lema: “Novo Ensino Médio: quem conhece, aprova”, convidando à população em geral a visitar o site do MEC e se informar sobre a reforma.

Diante deste cenário, de inúmeras manifestações contrárias a proposta do “Novo Ensino Médio” e da afirmação do MEC de que quem conhecia, aprovava a reforma, desenvolvemos uma pesquisa com estudantes secundaristas do município do Rio Grande no Rio Grande do Sul, procurando verificar se eles conheciam a proposta do Novo Ensino Médio e se eles aprovavam a mesma.

Para o desenvolvimento da investigação foi escolhida uma metodologia com abordagem qualitativa, a qual pretendeu, a

partir da aplicação de questionários e posterior análise de conteúdo, compreender as percepções dos estudantes do Ensino Médio de duas escolas sobre a reforma educacional que está ocorrendo nesta etapa de ensino. Foi escolhida a técnica de questionário, por apresentar vantajosa para a pesquisa, pois permite o registro de informações de um grande número de pessoas; garantindo que as opiniões sejam expressas de forma escrita por tanto sem a influência do pesquisador.

Na próxima seção apresentamos brevemente a proposta do “Novo Ensino Médio” aprovada na Lei nº 13.415, em 16 fevereiro de 2017 problematizando alguns dos seus possíveis efeitos. Na sequência, apresentamos os dados produzidos com os estudantes, discutindo as percepções deles com relação a reforma da última etapa da Educação Básica.

#### “Novo Ensino Médio”

O “Novo Ensino Médio” como é anunciado pelo Ministério da Educação, aprovado através da Lei nº 13.415/2017 resulta do processo de tramitação da Medida Provisória nº 746/2016 no Congresso Nacional. A proposta de Medida Provisória nº 746 foi apresentada em 22 de setembro de 2016 pelo presidente Michel Temer. Seu texto apresentou mudanças significativas na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei que regulamenta o FUNDEB, provocando mudanças significativas para o currículo do Ensino Médio, no que tange a sua oferta, organização pedagógica e financiamento. Diante de tal fato, a MP foi amplamente criticada pelos professores e estudantes das escolas de Ensino Médio e nas universidades, bem como pelas entidades e associações da área.

Junto com a proposta da Medida Provisória foi apresentado um documento assinado pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, denominado Exposição de Motivos, com o qual o MEC procurou justificar o conteúdo da MP. Neste documento, ficaram evidenciadas duas intencionalidades do Ministério: a primeira seria melhorar o desempenho dos estudantes nas avaliações externas e, a segunda seria preparar a mão de obra necessária ao mercado de trabalho, atendendo às orientações dos organismos internacionais.

A Lei n. 13.415/2017 estabelece que no “Novo Ensino Médio” apenas duas disciplinas serão obrigatórias nos três anos, quais sejam: Português e a Matemática. Essa proposição reforça a busca de preparar os estudantes para realização dessas provas de desempenho, melhorando assim os indicadores. Tal fato é uma contradição nos argumentos do atual governo, quando a ex-secretária executiva do MEC, professora Maria Helena Guimarães afirma “A escola de ensino médio nada mais é do que um cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)” (MEC, 2016) e o que o Ministério está propondo não será muito diferente no seu cunho preparatório.

Nesse contexto, observa-se o movimento descrito por Krawczyk, quando afirma que “A prioridade dos tempos políticos e a invasão de informações negativas sobre o desempenho das escolas públicas criam condições – como em outros momentos – para soluções rápidas e até mágicas, tanto para a escola quanto para o futuro dos jovens” (2014, p. 22). A proposta do “Novo Ensino Médio” em muito parece com uma dessas soluções mágicas e rápidas, visto ter sido implementada por meio de uma Medida Provisória, que foi convertida em Lei.

Entre os argumentos que justificam a reforma do Ensino Médio, está o fato do Brasil ser o único país no mundo que tem um modelo único para o Ensino Médio. Entendemos que esse argumento desconsidera a diferença social, cultural e econômica do Brasil com outros países. Além disso, não há como comparar, por exemplo, a escolarização Brasileira com países europeus, onde a etapa que correspondente ao Ensino Fundamental acontece em tempo integral e os jovens chegam para cursar o Ensino Médio com um bom embasamento nas diferentes áreas do conhecimento e com o domínio de, no mínimo, dois idiomas.

A Reforma proposta pela Lei nº 13.415/2017 não apresenta mudanças apenas na organização do Ensino Médio, seu conteúdo traz alterações para a organização curricular e pedagógica da última etapa da Educação Básica, na forma de financiamento estabelecida pelo FUNDEB e traz repercussão para a formação de professores nas universidades, para a forma de ingresso no ensino superior e para o trabalho docente.

Entre as alterações, a Lei nº 13.415/2017 modifica o artigo 24 da LDB, estabelecendo que a carga horária mínima anual de oitocentas horas do Ensino Médio seja progressivamente ampliada para mil e quatrocentas horas pelos sistemas de ensino no prazo máximo de 5 anos a contar de 2 de março de 2017. Com a ampliação da carga horária, a reforma institui a escola de tempo integral e a Lei ainda cria, no âmbito do Ministério da Educação, a política de fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Esta política prevê o repasse de recursos, pelo prazo máximo de 4 anos, para que as redes públicas possam fazer a oferta do Tempo Integral.

No que se refere à proposta de escola em tempo integral, tem-se presente duas preocupações. A primeira diz respeito à realidade econômica dos Estados Brasileiros, no qual são evidentes suas dificuldades financeiras, as escolas públicas estaduais apresentam sérios problemas de infraestrutura e, em alguns estados, os professores estão com seus salários atrasados ou parcelados. Nesse sentido, questionamos o modo como os Estados conseguirão manter as escolas de tempo integral sem apresentar, nos dias atuais, recursos para tal, uma vez que o fomento do governo federal está previsto apenas para quatro anos. O efeito desse programa, pode, inicialmente, parecer positivo para a implementação das escolas de tempo integral, mas com o fim do financiamento, acredita-se que a situação será caótica a continuidade da oferta, uma vez que os Estados não possuem recursos para sustentar as escolas de tempo integral.

A segunda preocupação é com relação à proposta desse programa, especialmente, referimo-nos à concepção de Tempo Integral. Nos últimos anos, o Brasil veio avançando no debate sobre a Educação Integral, com uma concepção que considerava os estudantes nas suas multidimensões e buscava oportunizar uma formação humana voltada para todos os aspectos do desenvolvimento humano, não pautada apenas na dimensão cognitiva (MOLL, 2012). A Lei trata de escola de Tempo Integral e não apresenta uma visão de Educação Integral. O foco parece estar na ampliação da jornada escolar diária para 7 horas concentrado em aulas e não em uma formação diversificada.

Dessa forma, ainda que seja importante pensar em uma oferta da Educação Integral no Ensino Médio, ampliando o tempo de permanência na escola, é fundamental que se tenha clareza de qual é a proposta pedagógica que irá sustentar a maior permanência dos adolescentes e jovens na escola. Nos moldes propostos, parece que a intencionalidade é ampliar o tempo de estudo, preparando os estudantes para as provas e exames com uma visão bastante reduzida de currículo na Educação Integral.

Outro ponto de mudança na organização do Ensino Médio, diz respeito ao currículo dessa etapa da Educação Básica. O currículo do novo Ensino Médio passa a ser composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I - linguagens; II - matemática; III - ciências da natureza; IV - ciências humanas; e V - formação técnica e profissional. Fica estabelecido que o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática é obrigatório nos três anos de oferta do Ensino Médio (BRASIL, 2017).

Considerando que proposta vai de encontro ao conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CB n.2/2012), quando prioriza o ensino do Português e da Matemática, o Ministério da Educação tratou de rapidamente articular com o Conselho Nacional de Educação uma atualização das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, que foi aprovada em 2018, por meio da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018

Cabe ressaltar que a proposta inicial excluía do currículo áreas que são definidas nas diretrizes como importantes para a formação como a Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, conforme expresso no texto da MP. Após ampla mobilização de estudantes, professores e pesquisadores o Senado aprovou na Lei 13.415/2017 que “A Base Nacional Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, artes, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017).

Ainda que tenha indicado a inclusão obrigatória dessas disciplinas na Base Nacional Curricular, fica evidente que a reforma prioriza o Português e a Matemática. Tal fato, demonstra que a preocupação do governo está centrada na preparação dos estudantes para a realização dos testes padronizados que resultam dos indicadores como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Com relação à primeira parte do currículo do Ensino Médio, que contempla a BNCC, segundo a fala do Secretário da Educação Básica do MEC na entrevista coletiva após o lançamento da MP em setembro de 2016, o currículo não será pensado por disciplinas, mas por conteúdos ou áreas amplas. Nesse sentido, não há garantias que os conteúdos de Física, Química, Ciências Biológicas, Geografia, História estarão contempladas no currículo escolar, ainda mais que na Base Nacional é apresentado de modo muito genérico.

A definição de que o currículo do Ensino Médio será composto por diferentes itinerários formativos nega o direito à uma educação básica comum para todos os estudantes. Até a reforma, o currículo do Ensino Médio possuía uma formação básica comum desenvolvida nos três anos que, com a reforma, passa a ser desenvolvido na metade desse tempo. Segundo a professora Monica Ribeiro, coordenadora do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná “O prejuízo enorme que será causado aos estudantes da escola pública, imensa maioria, que terá uma redução de 50% na formação básica comum” (RIBEIRO, 2016, s/p).

A segunda parte do currículo do Ensino Médio, está organizada partir de cinco itinerários formativos, que segundo o MEC seriam de escolha dos estudantes. No entanto, não há obrigatoriedade que cada escola ofereça os cinco itinerários, a definição das ênfases que cada instituição educativa terá, será de responsabilidade dos sistemas de ensino conforme sua disponibilidade. Nesse sentido, poderão ter escolas com a oferta de apenas uma ou duas ênfases, portanto, não há garantia que os estudantes terão as cinco ênfases disponíveis na escola para fazerem sua escolha. Tal fato, restringirá a possibilidade de escolha dos jovens e adultos que frequentam o Ensino Médio.

Assim, a Reforma do Ensino Médio, aprovada em fevereiro de 2017, representa um retrocesso, pois resgata um modelo curricular que retoma a divisão por opções formativas, já vivenciado no período da ditadura militar, que foi fortemente criticado.

Ainda sobre os itinerários, entre as cinco ênfases propostas a quinta trata da formação técnica e profissional. As condições de infraestrutura e de disponibilidade de profissionais e materiais das escolas públicas estaduais brasileiras não são suficientes para dar conta dessa ênfase. Acredita-se que o governo, ciente desta problemática, abriu a possibilidade para possíveis parcerias com o setor privado, com a proposta de alteração na Lei n. 11.494/2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Constatase que é no contexto de implementação destas medidas, que o Sistema S está comemorando a Reforma do Ensino Médio, conforme expressa o título da matéria publicada no site portal da indústria que diz: “Inclusão da educação profissional é a maior conquista da reforma do ensino médio, diz diretor geral do SENAI” (2016).

A maneira como foi proposta a ênfase que trata da formação técnica e profissional, apresenta o retorno da visão da educação técnica em uma perspectiva pragmática. Nos últimos anos, tem-se voltado os esforços para pensar a Educação Profissional em uma concepção que articulasse a formação propedêutica à formação profissional, de modo a romper com a visão tecnicista e pragmática que teve seu auge na década de 1970. Os discursos que rondam o novo Ensino Médio nos remetem à concepção de Educação Tecnista (SAVIANI, 2008) que defende os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade e o papel da escola na preparação de indivíduos eficientes, para o crescimento da produtividade social, vinculado ao rendimento e capacidades de produção capitalistas.

A proposta de flexibilização do currículo do Ensino Médio e sua relação com o mercado de trabalho vem sendo defendida pelos grupos empresariais há algum tempo. Os reformadores empresariais pautam-se no discurso de que o currículo não traz atratividade aos estudantes, a crescente evasão e os péssimos resultados alcançados pelas avaliações externas e rankings elaborados de tais provas para justificar suas proposições. (FREITAS, 2016, KRAWCZYK, 2014).

É importante ainda destacar que segundo o Ministério da Educação, o “Novo Ensino Médio” caracteriza-se por uma proposta curricular muito flexível, portanto, há possibilidade das redes privadas de ensino ou mesmo as públicas incluírem outros componentes curriculares se desejarem, desde que respeitem o que foi estabelecido na BNCC.

Diante da análise dos documentos que orientam a implementação no “Novo Ensino Médio” e dos pronunciamentos e publicações do Ministério da Educação, infere-se que reforma produzirá um grande abismo entre as instituições públicas e privadas, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais de nosso país. Certamente, as redes privadas que já competem divulgando seu desempenho no ENEM e publicizando que ensinam mais que outras escolas, não perderam a oportunidade de organizar currículos bastante sólidos para seu público, enquanto os estudantes das escolas públicas estaduais terão que se contentar com a ênfase que o sistema de ensino julgar possível de ser ofertada. Diante de tal fato, não há como não concordar com Frigotto (2016) que com esta reforma decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. Talvez esse seja o efeito mais perverso dessa proposta, ou seja, acirrar as desigualdades e injustiças sociais no país utilizando, para tal intento, as referidas propostas de reformas educacionais nas instituições de Ensino Médio.

#### A percepção dos estudantes secundaristas

No município do Rio Grande, onde a pesquisa se desenvolveu, no período de tramitação da Medida Provisória do Ensino Médio, algumas escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas que protestavam contra a forma arbitrária que o governo federal estava impondo as mudanças e também denunciavam as precárias condições da oferta do Ensino Médio, inclusive com o pagamento dos salários parcelados para os professores. O ano de 2017, também foi marcado por greves do magistério estadual, que não recebia seus salários em dia e ainda eram culpabilizados pelos maus resultados das escolas.

Para a coleta dos dados fizemos contato com todas as treze (13) escolas Estaduais no município do Rio Grande, destas quatro aceitaram participar do estudo, mas devido as diferentes dinâmicas do contexto escolar, conseguimos aplicar os questionários em duas. Como procedimento, fizemos o contato com a coordenação da escola, apresentamos o termo de

consentimento e posteriormente fizemos o mesmo movimento com as turmas. Aceitaram participar do estudo, 143 estudantes matriculados nos três anos do Ensino Médio, sendo 78 de uma escola e 65 de outra.

Diante de todo o investimento do governo federal em propagandas positivas sobre a Reforma do Ensino Médio, o movimento produzido por escolas ocupadas, a greve de professores e manifestações de sindicatos e entidades, chamamos atenção para o dado que apontou que 64% dos estudantes participantes do estudo afirmam não conhecer a proposta de Reforma do Ensino Médio. Entre os 36% de jovens que dizem ter conhecimento sobre a Reforma, a maioria deles apontou que tomou conhecimento da Reforma por meio da televisão que noticiava as ocupações e veiculava a propaganda do governo e também por meio das redes sociais. Os professores foram apontados pelos estudantes como a segunda fonte de informação. Do grupo de estudantes que afirmaram conhecer a reforma, apenas dois jovens afirmaram terem lido parte da legislação que modifica o Ensino Médio.

Consideramos, ancorados em Werneck (2006) que o conhecimento é construído a partir da interação social, não sendo um processo individual, totalmente pessoal e independente, sem vínculo com a comunidade científica e com o saber universal. Por isso, importante considerar nesse processo: as fontes de informação.

Compreendemos que o conhecimento presente nas falas dos estudantes parte de um conhecimento empírico, relacionado ao fazer em que pouco se conceitua e muito se apreende pela experiência e pelo senso comum; uma modalidade de conhecimento altamente influenciada pelo imaginário social e pelas interpretações ideológicas. Contudo, “a medida que o sujeito atinge o nível de desenvolvimento necessário para a compreensão com a ajuda de elementos externos, o outro, o livro, o professor, a TV, a Internet apropriam-se do novo saber organizando-o a seu modo” (Werneck, 2006, p.178), estes novos saberes presentes nesta pesquisa, que visa a analisar a apropriação conceitual que os estudantes secundaristas têm efetuado em relação às mudanças ligadas à Reforma do Ensino Médio, partindo de seu conhecimento empírico e da influência exercida pelas fontes de informação.

Considerando ser um tema de extrema importância para as escolas que ofertam o Ensino Médio, perguntamos se houve algum debate na escola sobre a temática. Verificamos que nas duas escolas investigadas, não aconteceu um movimento que mobilizasse toda a escola na discussão. Alguns estudantes relataram ações isoladas de alguns professores que durante as aulas chamavam a atenção as mudanças que estavam em curso, mas sem muitos dados e informações sobre o “Novo Ensino Médio”.

Estes dados apontam a necessidade da escola se apropriar da proposta do “Novo Ensino Médio” e colaborar com os estudantes na compreensão das mudanças em curso. Os docentes e os jovens serão os mais afetados pelas mudanças propostas. Nesse sentido, é fundamental que eles conheçam o que “Novo Ensino Médio” propõe.

Quando questionados se conheciam alguma das mudanças em curso, poucos jovens, aproximadamente 22% responderam que sim. Entre as mudanças, eles indicaram de forma genérica o fato dos estudantes escolherem o que irão estudar, ter menos disciplinas e a ampliação da Carga horária. A ideia da flexibilização curricular é sedutora, e com relação a esse aspecto Krawczyk e Ferreti, explicam que:

O termo flexibilização é muito tentador porque remete, na fantasia das pessoas, à autonomia, livre escolha, espaço de criatividade e inovação. Mas flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social. Flexibilizar uma política pode ser também o resultado da falta de consenso sobre ela. (2017, p.36)

Atrás do discurso de autonomia e liberdade de escolha, o Governo Federal tem introduzido uma reforma que no imaginário dos atores do processo educativo (neste caso, estudantes de ensino médio) vai propiciar: “*Que eu possa escolher as matérias que gosto*” (E057), “*porque nós que sabemos o que é melhor*” agrega E001; ou como afirma outro estudante: “*Que eu possa sair da escola já com um emprego*” (E053). Nesses trechos, é possível evidenciar uma troca dos propósitos da educação que antigamente visava uma educação integral e o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno, a uma reforma que:

Está sustentada na defesa da necessidade de adequação do ensino médio a requisitos postos pelo mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial. Tal defesa aproxima a última etapa da educação básica a uma visão mercantil da escola pública e adota critérios pragmáticos para definir os rumos da mudança, tais como o desempenho nos exames em larga escala e o acesso limitado à educação superior por parte dos concluintes do ensino médio. A análise que permitiu chegar a essa conclusão tomou como referência os textos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação, no caso das diretrizes curriculares; os documentos da Câmara dos Deputados relativos ao PL 6.840/2013; o texto da Medida Provisória 746/16 e da exposição de motivos que a acompanha; o Relatório, Projetos de Lei e Lei derivados da MP 746/16. (SILVA E SCHEIBE, 2016, p. 21)

Quando os alunos vão compreendendo do que se trata a reforma e o que significa a escolha e a flexibilização, aparecem as preocupações. Ao trazermos no questionário trechos da legislação e perguntar se eles concordavam com as mudanças previstas, verificamos que boa parte dos jovens apresentaram preocupações com relação as alterações apresentadas. Quando questionados sobre que opinião teriam a respeito da implementação de itinerários formativos, verificamos

Eu acho que seria injusto retirar algumas matérias, causando o desemprego de muitos professores (E005).

Acho que eles deveriam pensar melhor na lei, pois isso prejudica os alunos (E009).

Na minha opinião, é um grande descaso com o estudante que não está preparado para escolher o seu futuro. Mudando sempre de ideia. O jovem deve estudar todas as disciplinas, para ter informação sobre a história e tudo que está na verdade (E019).

Todas as matérias são importantes para a formação dos alunos. (E023)

Como é possível verificar pela manifestação dos estudantes, eles não concordam com a implementação dos itinerários, e demonstram preocupações com relação aos efeitos que essa medida poderá ter junto aos docentes e a formação dos jovens. Quando questionamos se concordavam que a Língua Portuguesa e a Matemática fossem as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, as respostas foram na mesma direção como apresentamos a seguir:

Não adianta tirar alguma disciplina se não vamos conseguir aprender o básico e o verdadeiro significado das palavras "estudo da história brasileira (E090)

A reforma do ensino médio é apenas uma forma de melhorar a vida dos políticos, pois terão o povo aos seus

pés, pessoas feitas para servir, afinal, o saber destrói o governo. Quando o povo questiona eles se veem obrigado a dar uma satisfação sem o conhecimento necessário somos apenas marionetes nas mãos do governo. (E113)

Com podemos verificar a partir das respostas dos estudantes secundaristas, quando eles têm acesso as informações de como o “Novo Ensino Médio” deverá estar organizado, as preocupações com relação a formação emergem.

Um outro dado interessante que aparece nos questionários é a percepção dos estudantes com relação ao espaço físico da sua instituição e os recursos materiais, como inadequados para a implementação da Reforma do Ensino Médio. Entre os respondentes do estudo, 91% dos estudantes consideram que sua escola não tem condições de implementar o tempo integral, bem como alguns itinerários, em especial, aqueles que demandariam mais laboratórios e equipamentos, como o caso do itinerário da formação profissional.

No que se refere a implementação do turno integral, a maioria dos estudantes, ou seja, 79%, não concorda com essa proposição. Destacam que a adoção do turno integral impediria os jovens de trabalhar, como apontam as respostas abaixo:

Não pois assim não teria como trabalhar. (E098)

Com o turno integral não vou conseguir trabalhar para ajudar minha família então não concordo (E046)

Não concordo, pois a maioria dos jovens hoje trabalham no turno que não tem aula. Tendo assim que escolher entre trabalhar e estudar (E059)

Cabe lembrar que os argumentos usados pela em defesa da Reforma apontam para a possibilidade de redução das elevadas taxas de evasão, entretanto, a fragmentação em percursos formativos e a ampliação da jornada em tempo integral sem que estejam garantidos de forma permanente os investimentos, tornarão mais precária a oferta, comprometendo o acesso dos quase dois milhões de jovens entre 15 a 17 anos, que estão fora da escola ou trabalham e estudam. (LINO, 2017, GONÇALVES, 2017)

Ainda que a porcentagem de estudantes participantes do estudo que trabalham não seja muito elevada, porém, não se pode desconsiderar que a ampliação do tempo na escola afetaria a estes jovens. Assim, ao invés de reduzir, “a reforma ampliará a evasão escolar, e o aumento da jornada se configura mais como engodo do que meta, que não traz qualidade, mas, sim, precariedade”. (LINO, 2017, p.83)

Por fim, questionamos ao final do questionário se os estudantes aprovavam a Reforma do Ensino Médio e verificamos que 88% não aprova. Nos pareceu que após responder o questionário, eles foram tomando conhecimento sobre as mudanças e percebendo as problemáticas que envolvem a reforma.

#### Considerações Finais

A implementação da Reforma do Ensino Médio será um grande desafio para escolas brasileiras, em especial para a rede pública. Urge o estudo aprofundado da Lei nº 13.415/2017, afim de que docentes e estudantes se apropriem das mudanças em curso e encontrem estratégias de resistência que possam qualificar a formação dos estudantes secundaristas.

Ao delimitar o objeto de estudo e estabelecer os objetivos específicos da pesquisa, reconheceu-se que o formato da atual sociedade da informação, não somente revolucionou as formas de comunicação e comércio, também reestruturou a forma de governar. Como parte das estratégias de persuasão para aprovação de propostas, ou validação de suas ações, os governos fazem uso da subjetivação midiática. Assim, as propagandas governamentais também ganharam espaço nos meios de comunicação massiva e nas redes, revelando-se como importante instrumento de amplo alcance para a divulgação de informação dirigida à população.

Tendo em vista tal premissa, antes de iniciarmos a pesquisa de campo tínhamos como hipótese que a ampla divulgação midiática oficial que a reforma teve, teria subjetivado os jovens à concordância das mudanças previstas para o Ensino Médio, já que estariam seduzidos pelo discurso de protagonismo juvenil, liberdade de escolha e diminuição de disciplinas. Contudo, esta hipótese foi refutada no transcurso da pesquisa, pois verificou-se que a maioria dos jovens não tinham conhecimento sobre a reforma e aqueles que possuíam informações, a fonte de informação dos estudantes foram os docentes.

Os resultados do estudo nos permitem inferir que o slogan do Governo Federal acerca da Reforma do EM: “Novo Ensino Médio, quem conhece aprova”, onde agrega que segundo pesquisa do IBOPE, o 72% da população brasileira aprova as mudanças introduzidas a partir da Reforma do EM, não é verdadeiro, pois ainda que a maioria dos estudantes participantes do estudo inicialmente apontem não ter conhecimento sobre a mudanças previstas para o Ensino Médio, quando vamos apresentando quais são as modificações, o que ser percebe é a reprovação dos estudantes, em sua maioria preocupados com o futuro da formação da juventude.

No que se refere as mudanças propostas os estudantes secundaristas expressaram que não estão de acordo com a determinação da oferta de português e matemática como únicas disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio. Consideram que atualmente o ensino é precário e que essas disposições iriam fragiliza-lo ainda mais. A partir das respostas abertas, percebeu-se a uma preocupação com a perspectiva do futuro, com a possibilidade de ausência de alguns conteúdos, uma vez que a fragmentação e fragilização do ensino, coloca os estudantes de escolas públicas em desvantagem em relação dos alunos de escolas particulares, que provavelmente teriam a possibilidade de conformar os seus currículos abrangendo todas as disciplinas. Aspecto denunciado por muitos autores (FRIGOTTO, 2016; FERREIRA, 2017; LINO, 2017; KRAWCZYK E FERRETI, 2017; GONÇALVES, 2017; RIBEIRO E SCHEIBE, 2017) que alertam para a dualidade na oferta do Ensino Médio, presente com a proposta do “Novo Ensino Médio.

Não podemos deixar de mencionar o quanto esta perspectiva da dualidade está relacionada aos aspectos de empregabilidade e de preparação de “mão de obra barata” presentes na proposta da reforma do Ensino Médio. Entendemos que a implementação no “Novo Ensino Médio” terá como efeito tanto a redução da possibilidade de ingresso na universidade quanto a dificuldade para se inserir dignamente no mercado de trabalho para os estudantes das camadas populares e egressos das escolas públicas.

Nessa perspectiva, concordamos com Ferretti (2018, p. 39),

Na sociedade capitalista, a relação antagônica entre Capital e Trabalho gera não apenas contradições existentes na sociedade, como determina a luta de classes sobre diferentes aspectos da vida social, inclusive no campo da educação. Daí a necessidade, no debate sobre as políticas educacionais, de apreender o papel do Estado e suas transformações históricas, assim como sua condição numa determinada particularidade histórica e social (aquela em que se situa o fenômeno em foco). Por isso não há neutralidade na produção do conhecimento, dado que essa envolve o intercâmbio material dos homens e que a atividade da consciência se define a partir da motivação do sujeito em relação à presença histórica do objeto. Em consequência, a análise da relação entre a base econômica e a superestrutura (na perspectiva gramsciana) é fundamental para a compreensão do modo de produção e sua articulação com as formas de consciência social.

Nesse contexto, se faz necessário o aprofundamento acerca do estudo do “Novo Ensino Médio”, a fim de que possamos compreender seus efeitos e sua produção. E nessa perspectiva, denunciar os limites dessa reforma que está em curso e defender uma contrarreforma do ensino médio que possibilite uma educação democrática e participativa, voltada para a emancipação humana.

#### Referências

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Exposição de Motivos n 00084/2016/MEC**. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf) Acesso em: 5 de março de 2017.
- BRASIL. **Medida Provisória n. 746** de 22 de setembro de 2016. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm) Acesso em: 26 de março de 2018.
- BRASIL. **Lei Nº 13.415**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de fevereiro 2017.
- CNI. **Inclusão da educação profissional é a maior conquista da reforma do ensino médio, diz diretor geral do Senai**. 5 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/10/1.99250/inclusao-da-educacao-profissional-e-a-maior-conquista-da-reforma-do-ensino-medio-diz-diretor-geral-do-senai.html> Acesso em: 25 de nov. 2016.
- FERREIRA, Eliza. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação & Sociedade**, v. 38, nº. 139, Campinas, 2017.
- FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. In: **Estudos Avançados**. [online]., vol.32, n.93, pp.25-42. 2018. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-40142018000200025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142018000200025&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 26 de março 2019.
- \_\_\_\_\_. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno**: Decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. (2016) Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-deensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra> Acesso em 15 de janeiro de 2019.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Três Teses Sobre as Reformas Empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos CEDES**. vol.36 n.99 Campinas. Mai./Aug. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 5 de março de 2019.
- GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145. 2017.
- KRAWCZYK, Nora. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan.-mar. 2014 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 26 de março.2019.
- KRAWCZYK, Nora.; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44. 2017.
- LINO, Lucília. As ameaças da reforma desqualificação e exclusão. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75-90. 2017.
- MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, Monica. Ribeiro. O Ensino Médio como um Campo de Disputas: Interfaces entre Políticas Educacionais e Movimentos Sociais. Curitiba. **ANPED SUL**, 2016.
- SILVA, Monica Ribeiro; SCHEIBE, Leda. Reforma do Ensino Médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31. 2017.
- WERNECK, Vera. Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: Avaliação, políticas públicas Educação**., Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 173-196, abr./jun. 2006.